

O RECONHECIMENTO DA IGUALDADE E OS DIREITOS DA MULHER

THE EQUAL RECOGNITION AND WOMEN'S RIGHTS

Danielli Regina Scarantti¹

Maíra Fronza²

RESUMO

O trabalho em tela aborda questões de gênero e foca sua análise no processo de desigualdade que as mulheres enfrentam. Verificamos na primeira parte do texto que desde o mundo antigo a mulher estava em uma posição hierarquicamente inferior que homem. Todavia, entre avanços e retrocessos, a figura feminina lutou por direitos de igualdade e alcançou transformações inéditas na arena pública – conquistou espaços e poder no setor social e político da sociedade. Assim, a segunda parte do texto evidencia que com o advento do multiculturalismo, o grupo minoritário das mulheres ganhou força nos seus processos de luta pelo reconhecimento. Nesse contexto, diversas leis foram sancionadas visando atingir a igualdade entre homens e mulheres. Indubitavelmente, isso representa um avanço notável na defesa das questões de gênero. No entanto, verificamos que a sociedade ainda precisa se conscientizar e investir em ações afirmativas, pois combater a discriminação e alcançar a igualdade de gênero é uma luta inadiável.

Palavras-chave: Gênero; Desigualdade; Garantias Jurídicas.

ABSTRACT: The screen work addresses gender issues and focuses its analysis on the process of inequality that women face. We find in the first part of the text from the ancient world the woman was on a hierarchically lower position than man. However, between advances and setbacks, the female figure fought for equal rights and achieved unprecedented transformations in the public arena - won space and power in the social and political sector of society. So the second part of the text shows that with the advent of multiculturalism, the women of the minority group gained momentum in their fight for recognition processes. In this context, several laws were enacted aimed at achieving equality between men and women. Undoubtedly, this represents a notable advance in the defense of gender issues. However, we note that the company still need to raise awareness and invest in affirmative action, for combating discrimination and achieving gender equality is an urgent struggle.

Keywords: Gender; inequality; Legal guarantees.

INTRODUÇÃO

Em tempos de Estado Democrático de Direito é possível perceber que a figura feminina, embora tenha buscado a sua emancipação em razão da sua condição de invisibilidade social, ainda sofre para que possa desfrutar de seus direitos fundamentais garantidos constitucionalmente. E isso é de fácil percepção em vários meios sociais,

¹ Graduada em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e Mestranda (Bolsista CAPES) em Direitos Humanos na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). E-mail: danielli.scarantti@gmail.com

² Graduada em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Pós-graduada em Direito Tributário pela UNIDERP e Mestranda em Direitos Humanos na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). E-mail: mairafronza@tj.rs.gov.br

especialmente, quando se vê que em muitos setores do mercado a mulher não possui condições de igualdade com a figura masculina em determinada seleção de emprego ou, até mesmo, quando recebe remuneração inferior ao do homem mesmo que desempenhe a mesma atividade laboral. Seriam inúmeros os exemplos que demonstram a discriminação e o preconceito em relação ao sexo feminino em vários setores sociais. O que se pretende, portanto, enfatizar neste trabalho acadêmico é que o reconhecimento das mulheres nos meios sociais e o acesso igualitário aos direitos atribuídos à figura masculina é recente e foi oriundo de movimentos sociais de identidade que tiveram fortes resistências da sociedade. No entanto, a luta pela igualdade das mulheres deve prosseguir, uma vez que vários fatos demonstram que o sexo feminino ainda sofre brutalmente várias agressões físicas e psicológicas que certamente inibem a estabilidade social do dito grupo minoritário (sexo feminino).

1. O PROGRESSO DAS CONQUISTAS DAS MULHERES: ENTRE AVANÇOS E DESAFIOS

Ao longo da história, as mulheres alcançaram muitas conquistas para chegar hoje ao patamar de igualdade que recebem no plano teórico da Constituição Federal, a qual permite a inclusão delas na esfera privada, pública e social do mundo pós-moderno. Principalmente nas últimas três décadas os movimentos das mulheres receberam destaque no Brasil.

Esses movimentos são necessários para reverter um quadro de discriminação construído há muito tempo. Como é sabido, no mundo antigo, a mulher não encontrava condições de fazer parte do polo dominante da sociedade ao lado dos homens, pois foi “a figura principal da inferioridade e da dependência”. (TOURAINÉ, 2006, p. 212). A mulher foi dominada pelo sujeito masculino por muito tempo. Se falarmos em filosofia grega e em direito romano iremos perceber que tanto Aristóteles como Platão consideravam a mulher como uma coisa, como uma propriedade do marido.

Na época, para o senso comum, acreditava-se que, inclusive por questões biológicas, a mulher deveria viver nessa condição de subordinação aos anseios do homem, pois afirmavam que desde o nascimento a mulher tinha o futuro dever de cuidar

da casa e não possuía talento para as tarefas econômicas, comerciais ou políticas, devido às condições emotivas e sentimentais mais acentuadas. Isso porque predominava o seguinte entendimento “A esfera pública é construída como o lugar privilegiado da ação masculina, enquanto às mulheres é reservada a esfera privada” (FACCHI, 2011, p. 67).

Obviamente que essas justificativas não são explicadas por questões biológicas. O que ocorre é uma “naturalização” dessas diferenças, onde tudo isso não possa de uma construção cultural, social e simbólica da sociedade que criou a ideia de que o sexo feminino deveria ser inferior ao sexo masculino. Mudar esse paradigma foi uma tarefa árdua até que “as categorias dominadas - o povo, os trabalhadores, os colonizadores, as mulheres – transformaram-se em movimentos sociais, que cortaram o laço de dependência que fazia delas escravos de um senhor”. (TOURAINÉ, 2006, p. 213).

Frisa-se que a promoção desses movimentos somente surgiu para buscar a igualdade entre os homens e as mulheres, e em nenhum momento almejou-se a inversão dos papéis naquele quadro de dominação vivido no modelo cultural antigo. Outrossim, tanto em termos internacionais, quanto nacionais, percebe-se que a história das mulheres em busca de seu reconhecimento social foi extremamente árdua.

No Brasil, a mulher só teve o direito de frequentar as escolas no ano de 1827 e de cursar o ensino superior bem mais tarde, em 1879, ou seja, esses exemplos confirmam o desejo masculino da época em deixar as mulheres presas à vida privada das moradias. Todavia, com a oportunidade de frequentar os centros universitários é evidente que as mulheres não permitiriam o retrocesso de sua história, então, mesmo com inúmeras dificuldades oriundas dos obstáculos postos pelo grupo dominante machista, o gênero feminino foi construindo seu espaço de igualdade com os semelhantes.

Ademais, para se chegar até esse patamar de transformações femininas promovidas na sociedade, ressalta citar os avanços da medicina no que tange a sexualidade, onde o homem foi perdendo seu controle de dominação sobre a mulher em razão de que por meio de técnicas elaboradas, elas passaram a ter o controle da reprodução. Sobre a atuação do Estado nessa instância, Ventura (2011, p. 322) lembra que “A Política Nacional de Planejamento Familiar (2007) estabeleceu metas para a oferta de métodos contraceptivos de forma gratuita e disponibilizou anticoncepcionais na rede Farmácia Popular”. A partir de então, a mulher foi delineando e tornando concreto o seu

papel também na vida pública, haja vista que antigamente o papel feminino se constituía – exclusivamente - em atender os desejos do marido, sendo eles “procriar” e cuidar da casa/família, como já dito.

Nesse contexto, imprescindível citar Alain Touraine (2006, p. 217) que afirma “é reivindicando uma sexualidade independente das funções de reprodução e de maternidade que as mulheres se constituem verdadeiramente em movimento social e avançam o mais longe possível”. Ademais, importante frisar que a luta feminina não está em se dissociar do papel materno, mas sim integrá-lo ao sentimento amoroso, à família, enfim, aos laços sentimentais, e conciliar essa vida privada com o seu desempenho profissional e social público, como cidadã do mundo. Isso porque “quase todas as reflexões sobre a sexualidade das mulheres incidem sobre sua capacidade de combinar diversos papéis, por mais diferentes que sejam.” (TOURAINÉ, 2006, p. 222).

Por outro lado, partindo para o progresso das mulheres no setor da economia a situação não prosperou tanto. Verifica-se que na última década o Brasil passa por uma ascensão econômica, mas esse progresso não alcança as mesmas proporções no cenário que engloba a busca pela igualdade nas questões de gênero. Nesse contexto, as mulheres compõem o grupo mais prejudicado. Os estudos apontam que elas já estão ultrapassando os níveis educacionais quando comparadas aos homens. No entanto, o mercado econômico ainda as discrimina. (TAVARES, 2011, p. 7-8).

Isso porque se criou uma cultura de “naturalizar” os papéis tradicionais do homem e da mulher. Ou seja, o homem está mais propício para trabalhar nos mais variados empregos fora de casa, enquanto a mulher está mais propícia para cuidar dos afazeres domésticos do lar, excluindo-a do poder institucional. Por óbvio, uma cultura errônea. (TAVARES, 2011, p. 9).

Nessa senda, nota-se que enquanto as mulheres encontram dificuldades nas empresas privadas, e no setor público se torna um pouco diferente quando falamos em conquistar seus espaços por meio de concurso público, conforme destaca Araújo (2011, p. 102):

Diversos estudos têm destacado o significativo crescimento da presença feminina no poder Judiciário brasileiro. Um ponto muito mencionado é o fato de, neste Poder, o ingresso nas carreiras ter passado a se dar através de concurso público, o que impede discriminações por razões subjetivas e de

preconceitos. [...] no final da década de 1990, entre os juízes de primeira instância, o percentual de juízas do Trabalho superava o de juízes. Comparando-se com o final da década de 2010, observa-se um ligeiro decréscimo nessa proporção, com uma variação a favor dos homens, porém, não significativo [...] Como os cargos mais elevados hierarquicamente dependem, também, de uma trajetória construída e de tempo de atividade, as mulheres estavam ausentes dos topos dessas carreiras. [...] só na década de 1990 as mulheres chegaram aos Tribunais Superiores no Brasil e só em 2001 o Supremo Tribunal Federal teve a primeira mulher – ministra Ellen Grace.

Na mesma linha de raciocínio cabe destacar que embora seja mais complicado para a mulher conquistar seu espaço nas empresas privadas, esse quadro também passa por transformações:

A análise do período 2002-2009 revela que as mulheres cresceram consideravelmente a sua participação no mercado de trabalho, devido a causas demográficas, culturais e educacionais. Esse crescimento, que vem ocorrendo desde a década de 1970, foi marcado por avanços e permanências. De um lado, as mulheres ingressaram em massa no ensino superior, constituindo parcela importante das boas ocupações e até mesmo dos cargos de comando, dos quais, até então, estavam alijadas; de outro, a maioria continua nas ocupações precárias (emprego doméstico, trabalho não-remunerado e para consumo próprio), seguem ganhando menos do que os homens e sendo as principais responsáveis pela família, pelos afazeres domésticos e pelo cuidado com as crianças. (BRUSCHINI; LOMBARDI; MERCADO; RICOLDI, 2011, p. 175).

Em termos políticos, o progresso das mulheres também deve ser pontuado. O direito de voto só se deu em 1932. Atualmente, as mulheres constituem pouco mais de 50% do eleitorado, todavia, a representação delas no Executivo e no Legislativo ainda é muito pequena. Mesmo com a criação da Lei de Cotas, o número de mulheres candidatas é baixo. Ademais, percebe-se aqui uma possível violação, haja vista que dos 27 partidos registrados em 2010, nenhum era presidido por mulher. (PIOVESAN, 2011, p. 67-69). Isso significa que ainda precisamos avançar, pois:

o empoderamento político das mulheres, sua autonomia econômica, seu acesso ao conjunto de direitos individuais e sociais, formalmente conquistados na legislação, são fatores determinantes para fazer avançar uma efetiva política pública voltada para propiciar às mulheres o direito a uma vida sem violência. (BARSTED, 2011, p. 379)

E para se alcançar tais avanços, percebe-se que ele é fruto de um conjunto de fatores promovidos pelas mulheres. Dentre eles está a realização de Conferências e

Conselhos para discutir gênero e a partir disso uma consolidação de uma democracia participativa também nessa área. Na década de 2000 foram realizadas 67 Conferências Nacionais, as quais reuniram um número significativo de participantes, demonstrando, assim, a pertinência do instrumento de debate. (ARAÚJO, 2011, p. 97).

Assim sendo, entende-se que entre avanços e desafios, as mulheres estão progredindo na busca pelo seu reconhecimento na sociedade. Isso se torna mais visível principalmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual se apresenta como um dos marcos para a retomada democrática e dos direitos humanos no Brasil. O olhar especial dado às mulheres nesse mundo pós-moderno se verifica principalmente no seu artigo 226, § 8º, o qual determina como dever do Estado coibir a violência nas relações familiares, dentre outras. (PIOVESAN, 2011, p. 60-62). Como dito, esse é apenas um dos símbolos importantes na história das mulheres no Brasil. O próximo item cuidará de abordar com mais especificidade essa evolução de direitos que visam a igualdade de gênero.

2. OS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NA SOCIEDADE MULTICULTURAL: A BUSCA INCANSÁVEL PELO RECONHECIMENTO SOCIAL

A obra denominada “martelo das bruxas” recomendava o exorcismo contra aquela que tinha tetas e cabelos compridos. Tal obra foi escrita por encomenda do papa Inocêncio VIII, época da Santa Inquisição. (SANTOS; LUCAS, 2015).

A mulher, assim como os negros, índios, ciganos foram, por muitos anos, tratados como seres demoníacos que não deveriam ter vez e voz na sociedade. E isso certamente fez com que tais grupos ficassem segregados e como medo de eventuais represálias.

Como é sabido, a figura masculina e heterossexual, há anos, ainda que discretamente, exerceu e continua exercendo um sistema de dominação no cenário global, principalmente nos âmbitos político e religioso. Tal sistema de dominação que, conseqüentemente, levou à exclusão e à “sacrificação” de mulheres e homossexuais foi ponto de partida para a busca do reconhecimento social. (SANTOS; LUCAS, 2015).

Lembra-se, outrossim, que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pelas Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, embora tenha, ainda que genericamente, estendido tais direitos a todas as pessoas, independentemente de sua condição social, sexo, credo político ou religioso, raça ou etnia, nada foi dito acerca das mulheres. (FACCHI, 2011). Talvez isso tenha ocorrido pelo fato de que, como dito, o sexo feminino tenha sido historicamente discriminado.

Com a realização da Conferência Mundial de Direitos de Viena, em 1993, os direitos humanos foram alcançados às mulheres. Veja-se, portanto, que o reconhecimento dos direitos humanos em favor das mulheres é extremamente recente, o que possivelmente tenha “atravancado” a inserção da mulher no mercado de trabalho e, pior, tenha sido motivo para a criação de uma Lei específica para inibir as diversas formas de violência em relação à mulher.

Obviamente, a ascensão do multiculturalismo (diferenças culturais em um mesmo meio), aliada ao processo de globalização (autonomia individual e empreendimento industrial), fez com que a mulher buscasse um reconhecimento social, principalmente na esfera pública, haja vista que a esfera pública era somente destinada ao sexo masculino, pois as mulheres não tinham capacidades para exercer atribuições de comando; enquanto o sexo feminino, deveria exercer as atribuições relativas à família, aos afetos, à criação dos filhos e ao trabalho doméstico. (FACCHI. 2011).

Como é sabido, o processo de reconhecimento social das mulheres não foi fácil e tampouco foi proporcionado por meio de um “aprimoramento” do Estado. Frisa-se, outrossim, que sem que houvesse intensa movimentação social dos grupos minoritários (no caso, o das mulheres) pela busca de direitos e, não menos importante, de efetivo reconhecimento social, os direitos não teriam sido alcançados. Os ensinamentos de Erhard Denninger (2007, p. 22), referem que:

El Estado y el Derecho constituyen una garantía adicional sólo cuando articulan un Estado democrático de Derecho: cuando tal fuerza social há conquistado asimismo los derechos de ciudadanía e interviene como fuerza política para determinar la vontade del Estado.

Alan Touraine (2006) refere que os movimentos feministas foram muito mais do que a reivindicação de direitos políticos ou mesmo da igualdade econômica; pois consistiu na busca do respeito, da não humilhação e, inclusive, teve por objetivo fazer

com que as mulheres fossem escutadas e tivessem a oportunidade de apresentar suas opiniões acerca de assuntos de interesse público.

O mundo moderno ou por muitos estudiosos referido como pós-moderno certamente proporcionou uma “ascensão” do sexo feminino antes visto como um grupo “invisível” nos cenários político e econômico. Em outras palavras, a inferioridade social das mulheres praticamente desaparece nesse período (início da pós-modernidade), principalmente nos países da Grã-Bretanha e/ou nos países escandinavos e, ainda que de forma mais lenta, nos países latinos e na França em razão de só terem recebido o direito ao voto depois de um século de ter sido concedido aos homens. (TOURAINÉ, 2006).

Sem dúvida, as reivindicações das mulheres cresce e impõe reformas importantes para os direitos das mulheres especialmente no que tange à desigualdade e aos meios de gerir com particularidade os aspectos de sua vida (da vida da mulher), inclusive no uso de seu corpo.

Cabe destacar que as mulheres, por meio dos movimentos sociais, alcançaram um vasto campo do trabalho e do emprego, levando, inclusive, à atenuação, em nome da igualdade sexual, do catalogamento de empregos para homens e mulheres. E não menos importante: atualmente grande parte das mulheres possuem um domínio acerca da sexualidade e da reprodução, afastando aquela ideia de que as mulheres tem o “dever” de dar filhos ao homem.

Segundo Touraine (2006, p. 217), os movimentos feministas causaram a “inversão” da relação tradicional com o homem “que lhe ‘fazia’ um filho ou ao qual ela ‘dava’ um filho”.

As reivindicações das mulheres teve também por objetivo, além da busca de sua afirmação no mercado de trabalho e, mais importante, no seio familiar, apagar a ideia que, convenha-se, existe há muito tempo, de que tudo o que se refere ao sexo feminino está atrelado à figura do sexo masculino. Em síntese: o objetivo das reivindicações teve também por finalidade abolir o conceito de “dominação” do homem sobre a mulher e, conseqüentemente, criar um sujeito que não só tem condições de desempenhar as atividades domésticas e de cuidados para com os filhos, mas também de tomar decisões e de desempenhar atividades que antes somente eram confiadas as sexo masculino.

Nossa geração vive ainda, sem dúvida, nos antípodas das reivindicações femininas que necessita constantemente realizar muitos combates para a afirmação de seus direitos e para tais mudanças transpassarem os costumes. E isso porque o sistema de exclusão, discriminação e violência vivenciados pelos grupos de “minorias”, no caso, as mulheres, ainda persistem em tempos de democracia. E pior: os referidos grupos ainda são tomados por intensos sofrimentos psicossociais, violações de direitos sexuais e, principalmente humanos, o que dificulta o acesso à cidadania e aos espaços de participação política e social. (SANTOS; LUCAS, 2015).

Em que pese as mulheres já tenham conquistados muitos direitos sociais e humanos e buscado assentamento no mercado de trabalho e, inclusive, no seio familiar, ainda há muito o que ser feito, principalmente quando se vê homens que deceparam as mãos de companheira, simplesmente em razão de mero ciúme doentio³.

A afirmação, portanto, de que a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e a atual Lei do Feminicídio, destinada ao combate dos crimes praticados em razão da vítima ser do sexo feminino (Lei nº 13.104/2015), ferem os direitos do contraditório e da ampla defesa do autor do fato (homem), nos referidos crimes não é adequada, pois, como é sabido, há muitas mulheres que ainda vivem sobre um severo sistema de dominação masculina. E o alarmante número de casos envolvendo crimes contra a vida das mulheres no Brasil e no mundo demonstram ainda há necessidade de que haja proteção específica para o sexo feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvidas de que as mulheres precisam continuar lutando para que sejam reconhecidas nos meios sociais. E mais: o processo cultural machista ainda imbricado no pensamento humano de homens e, inclusive, das próprias mulheres é fator de entrave para a igualdade das mulheres no mercado de trabalho e para a sua aceitação como sujeito de direito. Acredita-se, portanto, que estamos caminhando gradativamente para a igualdade total que, entretanto, somente será atingida quando houver uma conscientização da

³ Disponível em: < <http://pr.ricmais.com.br/seguranca/noticias/mulher-tem-maos-decepidas-com-facao-pelo-marido-no-rio-grande-do-sul/>>.

sociedade como um todo acerca da necessidade urgente de tal igualdade e, não menos importante, da extensão dos direitos fundamentais, especialmente o relativo à dignidade da pessoa humana. Aliás, as ações afirmativas e a existência de legislações específicas com o intuito de proteger as mulheres, tais como a Lei Maria da Penha e a recente Lei do Feminicídio, são, no momento, medidas adequadas para alavancar o processo de igualdade social das mulheres em relação aos homens, haja vista que não há como a figura feminina aguardar o processo de conscientização dos pares para que possa efetivamente fazer jus aos direitos fundamentais elencados. Portanto, a luta continua!

3. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. **As mulheres e o poder político – desafios para a democracia das próximas décadas**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=108224&tp=1>>. Acesso em 21 ago. 2015.

BARSTED, Leila L. **O progresso das mulheres no enfrentamento da violência**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=108224&tp=1>>. Acesso em 21 ago. 2015.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa; MERCADO, Cristiano M.; RICOLDI, Arlene. **Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=108224&tp=1>>. Acesso em 21 ago. 2015.

DENNINGER, Eduard, GRIMM, Dieter. **Derecho constitucional para la sociedade multicultural**. Edicion y traduccion de Ignacio Gutiérrez Gutiérrez. 2007.

FACCHI, Alessandra. **Breve história dos direitos humanos**. Editora Loyola: São Paulo, 2011.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos, civis e políticos: a conquista da cidadania feminina**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=108224&tp=1>>. Acesso em 21 ago. 2015.

SANTOS, André Leonardo Copetti; LUCAS, Douglas Cesar. **A (in)diferença no direito** – Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

TAVARES, Rebeca R. **Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=108224&tp=1>>. Acesso em 21 ago. 2015.

SCARANTTI, Regina Danielli, FRONZA, Maíra. **O Reconhecimento da Igualdade e os Direitos da Mulher.** ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano VIII, nº 14, jan/jun 2016. ISSN 2175-7119.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma:** Para compreender o mundo hoje. Editora Vozes: Petrópolis, Rio de Janeiro, 2006.

VENTURA, Miriam. **Saúde feminina e o pleno exercício da sexualidade e dos direitos reprodutivos.** Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=108224&tp=1>>. Acesso em 21 ago. 2015.